

Ainda Ext. **Prevista nova crise** 27 SET 1985 **da dívida na Região**

ESTADO DE SÃO PAULO

ALAN RIDING
Do N. Y. Times

Os principais países devedores da América Latina, preocupados com os perigos políticos da persistente crise econômica, estão começando a repudiar o prosseguimento da aplicação dos programas de austeridade exigidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Na 40ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, esses países afirmaram que a política doméstica teria precedência em relação aos credores. O objetivo dos países devedores é obter concessões que estimulariam o desenvolvimento interno e a expansão.

Como resultado, os bancos e países credores, assim como o FMI, devem enfrentar um novo desafio na região, embora diferente e talvez menos espetacular do que a crise da dívida mexicana há três anos, a primeira ameaça à estabilidade de todo o sistema bancário internacional.

Na liderança da campanha por maior flexibilidade do Fundo e maior facilidade nos prazos concedidos pelos bancos comerciais estão os três principais devedores da região: o Brasil, que deve US\$ 104 bilhões; o México, US\$ 96 bilhões; e a Argentina, US\$ 45 bilhões; assim como o Peru, que deve apenas US\$ 14 bilhões mas está envolvido numa dura crise econômica".

Numa declaração fortemente aplaudida no País, o novo presidente civil do Brasil, José Sarney, afirmou perante a Assembleia Geral da ONU, que não aceitaria a recessão como preço para conclusão dos demorados e complicados acordos com o Fundo e os credores. Por sua vez, o presidente do Peru, Alan Garcia, foi mais longe, ameaçando deixar o FMI, a não ser que ocorra uma mudança na política do órgão. Ambos justificaram suas posições em termos políticos.

E o ministro mexicano do Exterior, Bernardo Sepúlveda, declarou:

"O problema da dívida externa da América Latina e outras regiões em desenvolvimento não pode ser definitivamente resolvido através da reprogramação, que dá somente um alívio temporário ao país devedor e à comunidade internacional".

Com o bloqueio da trilha das negociações políticas, muitos banqueiros internacionais que trabalham com a América Latina estão aparentemente se resignando diante da inevitabilidade de uma nova crise da dívida. Esta deve surgir agora a partir da ação unilateral de algum governo que se sentir esmagado pelas pressões políticas internas. Na opinião dos especialistas, grande parte do problema depende do comportamento do Brasil e do México, da reação dos bancos e do FMI. Os dois países estão agora calculando suas dívidas em termos políticos.

Estratégia

A estratégia do Brasil parece ser, mais do que forçar o confronto, esperar um endosso do FMI para seu programa de expansão. "Se o Fundo recusar, o Brasil deve então tentar convidar seus credores para reestruturar cerca de US\$ 45,3 bilhões do enorme débito sem a benção do organismo. O Brasil está em dia com os juros e tem o respaldo de reservas no valor de US\$ 8,5 bilhões mais um grande superávit comercial. Já o México sofreu a tragédia dos terremotos antes do fim de um programa de reajuste de três anos. Por este motivo o Fundo deverá agora tornar-se mais flexível. Mas mesmo antes do desastre o México indicava que renegociaria um pacote recentemente assinado.

Um possível sinal de que os bancos temem um agravamento da questão da dívida é que, segundo o ministro venezuelano do Exterior, Simon Alberto Consalvi, instituições de primeira linha recentemente procuraram o Consenso de Cartagena com uma proposta de diálogo.